



Patrimônio camponês na Chapada Diamantina: dimensões da economia da cultura

Peasant heritage in Chapada Diamantina: dimensions of cultural economics

MORENDE, Vinicius Navarro¹; HORTA, Joana Crivelente²

¹ Professor Doutor substituto do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, DCHT XXIII, Universidade do Estado da Bahia, viniciusmorende@gmail.com ; ² Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Artes, Ciências e Humanidades (IHAC-UFBA), joanahorta@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: Este trabalho analisa aspectos da agricultura tradicional na Chapada Diamantina, enfocando ofícios camponeses como patrimônio cultural imaterial do território. Identifica-se elementos contemporâneos que impactam os ofícios tradicionais e aqueles que resistem, promovendo a transmissão desses conhecimentos. São utilizados conceitos de economia do patrimônio cultural imaterial e territórios simbólicos, explorando a relação entre atividade econômica, saberes tradicionais e territorialidade. Destaca-se a importância da valorização da produção agrícola por meio de práticas tradicionais e agroecológicas, contribuindo para a economia da cultura na região. O estudo busca qualificar o patrimônio da agricultura na Chapada Diamantina, valorizando-a enquanto parte da economia local.

Palavras-chave: agroecologia; patrimônio agrícola; patrimônio cultural

Introdução

O acúmulo de conhecimento sobre o viver na Chapada Diamantina, sertão da Bahia, remonta aos povos originários. Ao longo de séculos, o conhecimento localmente desenvolvido contribui para o aprimoramento de sistemas complexos de conhecimentos e objetos relacionados à atividade agrícola local. As dinâmicas da agricultura tradicional continuam evoluindo e incorporando novas informações.

Este trabalho tem como objetivo organizar os conceitos disponíveis para a observação dos territórios simbólicos agrícolas na Chapada Diamantina relacionados àquilo que pode ser identificado como patrimônio cultural. A partir disso, será possível identificar os elementos e processos da economia da cultura agrícola tradicional nesse território.

A agroecologia é objeto de reflexão, por valorizar tanto a questão das territorialidades quanto o patrimônio da agricultura tradicional. Notamos essa relação, por exemplo, no impacto de ações como a IV Jornada de Agroecologia e Teia dos Povos de Utinga, em 2019, para o fortalecimento do povo Payayá, ou das feiras agroecológicas realizadas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – DCHT XXIII), que mobilizam camponeses de diversos municípios do território. Além de promoverem o debate sobre o caminho do bem-viver, as ações discutem a necessidade da afirmação da ocupação do espaço frente à expansão das ações dos



agropólos, mineradoras e mais recentemente dos empreendimentos de energias renováveis, como eólicas e mineradoras.

Os diferentes processos históricos que marcam o espaço atual da Chapada Diamantina evidenciam também um conjunto de significados simbólicos que identificam os lugares e a produção do território. Podemos entender que "a produção de bens simbólico-culturais passou a obedecer à lógica que preside a economia capitalista, fazendo com que esses bens sejam produzidos como mercadorias" (MIGUEZ, 2007a, p. 9-10).

Tal lógica está de acordo com o desenvolvimento das atividades criativas na lógica capitalista, uma vez que as empresas buscam valores como autenticidade, memória coletiva e tradição para promover a competitividade de seus produtos. "Para a lógica de acumulação capitalista atual, não é interessante destruir a singularidade, que é a fonte de seus rendimentos monopolísticos" (LIMA, 2006, p. 127).

Não são novos setores produtivos, mas de atividades com viés cultural que "adquiriram maior importância econômica e social com o surgimento da sociedade do conhecimento" (LIMA, 2006, p. 105). No Brasil e na Bahia, o pressuposto da "intensificação da produção e da circulação de bens simbólicos" (p. 127) motivou a incorporação de novos e antigos segmentos econômicos no debate sobre políticas públicas para a cultura. Conceitos como os de indústrias criativas e economia criativa, originários do mundo anglófono, são insuficientes para abranger as possibilidades presentes em realidades experimentadas pelos países em desenvolvimento (MIGUEZ, 2007b, p. 98).

Metodologia

A discussão proposta parte de extensa revisão teórica, brevemente apresentada neste artigo, e da análise de documentos produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizado na Chapada Diamantina. A revisão bibliográfica exige a explicação de alguns conceitos. O conceito de território é estratégico e entendido como a mediação espacial do poder. A partir disso identifica-se a estrutura de forças simbólicas que incidem sobre o setor agrícola na Chapada Diamantina. Considera-se o espaço como resultado das relações entre forças que promoveram processos mediados por uma multiplicidade de atores ao longo do tempo. Os lugares resultantes dos processos acumulam as experiências vividas e evidenciam na atualidade formas que definem as funções espaciais. A economia da cultura relacionada à estrutura agrícola na Chapada Diamantina pode qualificar os aspectos produtivos simbólicos, desde aqueles fortemente influenciados pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2009, p. 238) até os governados por formas de organização colaborativa, economia solidária, comércio justo e práticas comunitárias de colaboração em busca de autonomia.



Resultados e Discussão

É possível identificar nas redes da economia da cultura do território formas de produção do espaço além das tradicionais. Entre elas, aquelas que se enquadram na "racionalidade" (BECKER, 2011, p. 296) relacionada ao "desenvolvimento sustentável" (p. 292) em escala global. Novas dinâmicas também redefinem a função das áreas agrícolas do território enquanto patrimônio cultural por meio de ferramentas de valorização simbólica da origem dos produtos.

A contribuição do campo do patrimônio cultural, no entanto, pode oferecer perspectivas para valorizar a agricultura no território de modo amplo. Isso porque, além dos bens imóveis produzidos pela agropecuária, é importante reconhecer "o repertório de conhecimentos, ofícios e tradições cuja natureza imaterial aumenta" (PÉREZ, 2008, p.2) a relevância cultural e histórica da atividade no território.

Torna-se relevante compreender a proposta para a análise das dinâmicas da agricultura na Chapada Diamantina e considerar como os grupos e lugares são afetados. Abordamos o território sob uma perspectiva integradora, adotando a territorialidade como conceito adequado para "ênfatisar as questões simbólico-culturais" e "a dimensão simbólica do território" (HAESBAERT, 2007, p.73), comparando-o ao conceito de identidade territorial (p.74).

Assim, o território é resultado de relações de dominação e apropriação, que seguem padrões que variam do político-econômico ao cultural e simbólico, em dinâmicas complementares. Com a emergência do Estado e do poder do capital, ocorreram processos de desterritorialização das identidades pré-capitalistas territorializadas de forma mais intensa. Ou seja, a influência de agentes estatais ou capitalistas passou a sobrepor as territorialidades, incluindo os valores simbólicos e a cultura das comunidades consideradas tradicionais.

Além das dinâmicas de desterritorialização, existem também as de territorialização e reterritorialização (FERNANDES, 2005, p. 28), que também apresentam movimentos de influência de atores nos territórios ao longo do tempo.

Um trabalhador rural, por exemplo, pode ser reterritorializado na periferia da cidade, onde transita por diferentes territórios simbolizados, representados pelas diferentes ocupações que pode realizar. Até que, finalmente, é desterritorializado da periferia urbana e reterritorializado por meio do processo de colheita na zona rural, onde encontrará códigos e corpos familiares e se relacionará de maneira diferente do que no ambiente urbano.

As primeiras atividades agrícolas e de domesticação de animais na Chapada Diamantina remonta ao período anterior à colonização, como evidenciado pelos vestígios deixados pelo homem no território, registrados em sítios arqueológicos e rupestres. Os sinais de habitação de grupos de caçadores-coletores e horticultores em algumas dessas localidades podem datar de milhares de anos. As



representações mais antigas existentes no território, as pinturas rupestres, mencionam a captura de animais e a coleta de frutas.

Representações de plantas de mandioca em sítios rupestres são sinais do reconhecimento humano da importância dos gêneros alimentícios. Além disso, há vestígios arqueológicos de artesanato relacionado à cultura agrícola na Chapada Diamantina, como fornos e recipientes de cerâmica nos quais os alimentos, especialmente a mandioca brava, uma das principais reservas alimentares, eram processados (ETCHEVARNE; BEZERRA; LABANCA, 2015).

A agricultura é uma função fundamental para a formação territorial da Chapada Diamantina. Após a colonização, a atividade também era estratégica para a expansão da pecuária no sertão. O conhecimento combinado dessas atividades, entre outras, possibilitava a ocupação. Já foram realizadas reflexões sobre as relações entre agricultura e patrimônio cultural, como os processos de registro de sistemas agrícolas indígenas e quilombolas no Brasil. Na Chapada Diamantina, também houve experiências recentes relacionadas a comunidades indígenas e quilombolas.

A partir do território, é possível evidenciar a representação determinante das comunidades quilombolas, indígenas e de agricultores familiares na estrutura relacionada ao patrimônio agrícola, incluindo os conhecimentos e práticas, as formas remanescentes dos processos históricos e outras evidências. Em muitos sentidos, a rede de geração e transmissão de fluxos e conhecimentos da economia da cultura relacionada ao patrimônio agrícola da Chapada Diamantina tem essas comunidades como nós estratégicos.

Existem muitas outras localidades no território que também podem ser reconhecidas como detentoras de bens que promovem a agricultura tradicional, como locais de reservas de grãos, matérias-primas, entre outros. Os conhecimentos relacionados aos processos técnicos de plantio, cultivo e colheita, seleção e armazenamento de grãos, formas de consumo, troca, planejamento e produção da roça, incluindo a criação de animais e a propriedade intelectual de grupos e indivíduos, são considerados como parte desse patrimônio.

Há também evidências do patrimônio material da cultura agrícola, como ferramentas de trabalho, edificações relacionadas à produção agrícola (casas de farinha, engenhos de cana e outras agroindústrias), povoados, vilas, distritos, espaços para a criação de animais e propriedades rurais.

Outra discussão diz respeito ao patrimônio genético representado pelos exemplares domesticados ao longo dos milênios e aqueles trazidos com o início do processo de globalização. Os bancos de sementes, reservas particulares e comunitárias de sementes crioulas, a produção de alimentos orgânicos em modos de produção equilibrados, entre outros, integram a estrutura relacionada ao patrimônio agrícola.



As paisagens da Chapada Diamantina também fazem parte da estrutura. As paisagens naturais foram alteradas por diferentes funções, como a extração de madeira a partir do século XVI; a pecuária, que manteve as áreas de pastagem para a circulação de boiadas; as roças de subsistência; os sistemas de irrigação, etc. Os processos posteriores ao avanço do discurso ambientalista internacional também ocorreram no território, com a sobreposição de normas impostas por atores, principalmente, do poder público. Reconhece-se, por exemplo, a função histórica do Vale do Pati como produtor de grãos, incluindo o café, uma função que foi suprimida pela criação de uma unidade de conservação ambiental.

Assim como se entende as serras da Chapada Diamantina como espaços de patrimônio geológico devido às atividades de mineração, é possível considerar as paisagens do Parque Nacional da Chapada Diamantina como parte do patrimônio cultural agrícola do território. Outras localidades seriam espaços do patrimônio cultural agropecuário dado o papel exercido na criação de animais.

As localidades nas quais cultiva-se culturas agrícolas especiais, como café orgânico ou tipo exportação, também podem ser reconhecidas como espaços que acumulam valores simbólicos. Da mesma forma, áreas com cana-de-açúcar para a produção de derivados também podem fazer parte da estrutura do patrimônio cultural agrícola do território. Existem muitas outras formas a serem consideradas, como as economias geradas pelas plantações de mandioca espalhadas pela Chapada Diamantina, historicamente estratégicas para a ocupação humana. Todas essas atividades fazem parte da economia da cultura do território, envolvendo uma série de dimensões criativas de conhecimentos e práticas.

Considerações Finais

Considerar a totalidade da estrutura agrícola no território da Chapada Diamantina, em particular as manifestações relacionadas aos valores tradicionais, como parte da economia da cultura, contribuem para identificar o caráter inovador da atividade no contexto informacional, na tentativa de valorizar os saberes e práticas tradicionais.

Estabelecer redes agrícolas no território, nas diversas dimensões criativas da economia, também permite relacionar os saberes e práticas a outras estruturas da economia da cultura na Chapada Diamantina, como artesãos, vaqueiros, ferreiros, garimpeiros, entre outros. O patrimônio cultural agrícola apresenta bens de diferentes níveis, materiais, imateriais, genéticos, paisagísticos e naturais, demonstrando a importância do campo cultural para o desenvolvimento econômico e a formação territorial. É importante considerar que os modelos produtivos tradicionais parecem estar mais vinculados à sustentabilidade e à permanência, em contraste com aqueles que visam ao lucro intensivo, mas às custas de danos ambientais e territoriais.

O entendimento da produção agrícola na Chapada Diamantina como patrimônio cultural apresenta-se como uma perspectiva fértil para se pensar a economia da



cultura, evidenciando o potencial de revalorização dos saberes tradicionais na produção do espaço e a melhoria da condição de vida dos sujeitos produtores.

Referências bibliográficas

BECKER, Bertha. K. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). Geografia: Conceitos e Temas. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 271-306.

ETCHEVARNE, Carlos. (org.) et. al.; BEZERRA, Alvandyr; LABANCA, M.; HAVRE, Gregoire. V. **Inventários de locais com vestígios arqueológicos do município de Morro do Chapéu, Bahia**. Salvador: Ipac/Fundo de Cultura, 2015.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005.

HAESBAERT, Rogério C. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LIMA, Carmem L. C. Debate atual sobre indústrias criativas: uma primeira aproximação para o estado da Bahia. In: BAHIA. Agência de Fomento do Estado da Bahia. **Revista Desenbahia**, Salvador: Desenbahia, Solisluna, v. 3, n. 5, p.103-130, set. 2006.

MIGUEZ (2007a), Paulo. **Repertório de fontes sobre economia criativa**. Salvador: Centros de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007a.

MIGUEZ (2007b), Paulo. Economia criativa: um discurso preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007b.

PÉREZ, Rocio S. Hacia una valoración patrimonial de la agricultura. In: **Scripta Nova: Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, 2008, n.12(275), 1–24.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.